

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE GEOGRAFIA

EMILY ARIEL MENDES DOMINGUES

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO TERRITÓRIO

GOIÂNIA

2021

EMILY ARIEL MENDES DOMINGUES

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO TERRITÓRIO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à banca examinadora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador(a): Dra. Beatriz Aparecida Zanatta.

GOIÂNIA

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

EMILY ARIEL MENDES DOMINGUES

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO TERRITÓRIO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à banca examinadora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador(a): Dra. Beatriz Aparecida Zanatta.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Beatriz Aparecida Zanatta

Profa. Dra. Oyana Rodrigues dos Santos

Prof. Me. Roberto Malheiros

RESUMO

Os conceitos geográficos – paisagem, região, espaço, lugar e território – são importantes ferramentas para analisar a realidade social, em contextos concretos e meios para agir nas situações na realidade em que se vive. Por expressarem o modo pelo qual a sociedade é analisada, isto é, as abordagens teóricas que conferem identidade e autonomia relativa a Geografia no âmbito as ciências sociais, esses conceitos tem sido objeto de amplo debate tanto interno como externo à Geografia. Por meio de pesquisa exploratória e revisão bibliográfica, o presente artigo delinea a trajetória histórica do conceito “território”, apresentando suas várias concepções vinculadas às diferentes correntes do pensamento geográfico até os dias atuais, quando este conceito retornou de forma significativa com o seu uso crescente, não somente pela Geografia como também em diversos ramos das ciências humanas. A intenção é subsidiar a compreensão do desenvolvimento lógico-histórico do conceito “território”, como uma possibilidade para o entendimento de conflitos conceituais que permitem avançar na construção do conhecimento, oferecendo pistas e indicações relevantes para a compreensão crítica da história dos conceitos geográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Geografia Tradicional; Geografia Crítica brasileira.

ABSTRACT

Geographical concepts – landscape, region, space, place, and territory – are important tools to analyze the social reality, in concrete contexts and means to act in situations in the reality in which we live. Because they express the way in which society is analyzed, that is, the theoretical approaches that confer identity and autonomy on Geography within the social sciences, these concepts have been the object of wide debate both internal and external to Geography. Through exploratory research and literature review, this article outlines the historical trajectory of the concept "territory", presenting its various conceptions linked to different currents of geographic thought until the present day, when this concept has returned significantly with its increasing use, not only by Geography but also in various branches of the human sciences. The intention is to subsidize the understanding of the logical-historical development of the concept "territory", as a possibility for the understanding of conceptual conflicts that allow advancing in the construction of knowledge, offering relevant clues and indications for the critical understanding of the history of geographic concepts.

KEYWORDS: Territory; Traditional Geography; Brazilian Critical Geography.

INTRODUÇÃO

A reflexão que realizamos foi uma tarefa complexa e minuciosa, pois trabalhamos o panorama de delimitar conceitualmente o território a partir de uma perspectiva geográfica, isso requer o domínio de algumas leituras que estamos apenas começando a trilhar. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar concepções do conceito “território” vinculadas às diferentes correntes do pensamento geográfico até os dias atuais, quando este conceito retornou de forma significativa com o seu uso crescente, não somente pela Geografia como também em diversos outros ramos das ciências humanas.

Para tal tarefa, utilizamos como suporte trabalhos de geógrafos que discutem o conceito “território” e a história do pensamento geográfico, como Moraes (2005b), Souza (1995), Carvalho (1999), Haesbaert (2004), e estudos como o de Corrêa, Gomes e Castro (1995), no qual o autor está preocupado com tratamento dado historicamente ao conceito de espaço – pois “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza o programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Portanto o território é produzido a partir do espaço, envolvendo um conjunto de relações de um ou um grupo de indivíduos (agentes) mantém entre si e a natureza.

Isso significa que os conceitos geográficos, especificamente o conceito de “território”, constituem um importante instrumento para a compreensão da realidade social em contextos concretos. As conceituações possuem histórias que expressam as metamorfoses dos elementos que as constituem, assim como a interação que estabelecem com outras definições que compõem o sistema conceitual no qual estão inseridas. Desse modo, elas estruturam o pensamento e fornecem as ferramentas necessárias para compreensão das diferentes formas de apropriação do espaço.

Neste sentido, o conceito “território”, juntamente com os demais conceitos geográficos – como “lugar”, “paisagem”, “região” –, é concebido como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. O termo promove o auxílio na compreensão das relações de poder existentes na sociedade, que justificaram sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua

alteração e a anexação de acréscimos ao longo do tempo. Portanto, a análise do processo de sua construção histórica é fundamental para o entendimento de sua construção epistemológica em diferentes temporalidades. Como afirma Sposito (2004, p. 111) “[...] não se pode pensar o território a-historicamente, pois sempre que ele é estudado, a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária.” Assim, trabalhar a categoria território é reportar ao tempo e sua expressão epistemológica sobre ele. A evolução do conceito “território” permite pensá-lo em diversas escalas e temporalidades. Daí a importância do estudo do processo de construção teórico-epistemológica dos conceitos geográficos, ressaltando a contribuição de alguns autores sobre o uso do conceito “território” e sua relevância para a compreensão dos conflitos territoriais.

Por esse motivo, nesta revisão, o percurso utilizado vai da chamada “Geografia Tradicional” às “Geografias Críticas”, tendo por objetivo contextualizar o processo sócio-histórico em que o conceito território foi definido e redefinido no campo da Geografia. Por essa razão, a construção do texto partiu de algumas indagações que ajudaram a incorporar os diferentes sentidos/significados do conceito central do artigo: qual a importância do território para os estudos geográficos? Em qual escola geográfica o território foi mais utilizado? Que alterações seu significado tem sofrido ao longo do tempo?

Em busca de respostas a essas questões, não se pretende esgotar as possibilidades de conceituação do território, mas contribuir com os estudos sobre o conceito a título de nota introdutória, com a finalidade de ampliar as discussões sem, no entanto, esgotar tal tentativa de aproximação ao assunto. Nessa perspectiva, a relevância deste estudo consiste em reunir definições importantes para quem procura se orientar em meio a um emaranhado de definições existentes.

O artigo foi organizado em duas partes, além da presente introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda a gênese do conceito território na perspectiva da Geografia Tradicional. Já a segunda apresenta considerações sobre a redefinição deste conceito a partir da contribuição de geógrafos brasileiros, que, ao conceberem a geografia como ciência social, buscaram, a partir da década de 1980, compreender o movimento da sociedade e dos processos socioespaciais à luz das contribuições de uma teoria social crítica.

PARTE 1: O CONCEITO DE “TERRITÓRIO” NA GEOGRAFIA “TRADICIONAL”

Segundo Haesbaert (2004), etimologicamente, a palavra ‘território’, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino “terra” e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como “pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político administrativa” (HAESBAERT, 2004, p.43). Porém, pensando no âmbito das ciências modernas, o conceito território está associado essencialmente a duas correntes filosóficas significativamente difundidas entre os ramos do conhecimento que se desenvolveram ao longo dos séculos XVIII e XIX: o naturalismo e a política.

É possível afirmar que, “nas ciências naturais, o território seria a área de influência e predomínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, passando a concorrer com o domínio de outras espécies” (ANDRADE, 1995, p. 19).

Na Geografia, a expressão território vem sendo muito utilizada desde o século XIX e está relacionada à escala do território nacional e/ou do Estado-Nação, uma vez que remete à ideia de uma área sob domínio de uma nação ou onde uma nação possui soberania em relação a outras nações. Assim, em função da singularidade do ordenamento territorial da Confederação Germânica no contexto europeu da segunda metade do século XIX, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (apud Moraes, 1990, p. 73) concebeu o território como o solo, chão (*boden*), o substrato sobre o qual se organizava a sociedade, mas de um modo a constituir um Estado – o Estado Moderno.

Para Ratzel,

não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras[...] assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra (RATZEL, apud MORAES, 1990, p.73).

Com esta visão ele sistematizou o conceito de território e fundou o sub-ramo da Geografia conhecido como Geografia Política.

A concepção de geografia de Ratzel deve muito a Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779- 1859), autores que o geógrafo alemão estudou atentamente, assim como a seus mestres mais diretos, Oscar Peschel (1826-1875) e Ernst Heckel (1834-1919), que contribuíram com suas interpretações sobre a relação entre o território e o Estado. Foi influenciado também, principalmente, pelas teorias de Charles Darwin aplicadas à sociedade, o “darwinismo social” na linha de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e Herbert Spencer (1820-1903). Por esse motivo, incorporou em sua obra diversos fundamentos e horizontes epistemológicos na tentativa de realizar uma leitura científica dos fenômenos a partir de pressupostos metodológicos que traduzissem a dissociabilidade entre fenômenos históricos e naturais. Ele buscava um conhecimento que articulasse diversas abordagens, com objetivo de argumentar e demonstrar as conexões entre todas as coisas presentes na Terra.

Nessa perspectiva, o projeto teórico de Ratzel consistiu em propor uma explicação global da humanidade, uma vez que estava preocupado com a definição de leis gerais, relacionando os estudos geográficos, históricos, etnográficos/antropológicos. O autor expressa também sua preocupação com a sistematização da Geografia, utilizando conceitos como extensão, posição, configuração e território. Nesse sentido, o propósito de seu principal livro, *Antropogeografia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*, publicado em 1882, era:

estudar os povos em relação as condições naturais às quais eles são sujeitos, isto é, considerá-los sempre unicamente sobre seu território. [...] Assim, ele considera o incremento e a decadência dos povos pela sua expansão territorial. [...] Vê-se, portanto como a extensão, a posição e a configuração dos territórios fornecem elementos para avaliar a vida dos povos aos quais estes pertencem (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 102).

Para Ratzel a questão central era a compreensão da difusão dos povos na superfície terrestre, isto é, os processos civilizatórios em suas dimensões históricas e geográficas – sendo o geográfico entendido como as condições físicas-ambientais-espaciais. Dessa forma, caberia ao estudo geográfico a explicação da relação entre mobilidade e/ou permanência dos povos e das condições locais do ambiente. Desse modo, Carvalho (1999) aborda, em sua ótica, que estabelecer vínculo natural entre a geografia política e os fatores de etnografia, disposição geográfica das sociedades humanas ou atributos ambientais das diferentes regiões objetiva-se a alegar e explicar a conexão ente os componentes na/da Terra. Estas seriam conexões que, para o autor, possuem um componente espacial que confere singularidade à abordagem geográfica no estudo da distribuição dos povos na superfície terrestre. Dessa forma, compreendo espaço

como palco, ao afirmar que “[...] não se pode esquecer que todo acontecimento se faz no espaço, e por isso toda história possui seu teatro” (RATZEL apud MORAES, 1990, p.90).

Conseqüentemente, no esforço de realizar uma análise indissociável dos fatos humanos na história da Terra (abordagem telúrica/hologéica), Ratzel expressa a intenção de desmascarar os estudos reducionistas de alguns positivistas de sua época – particularmente no que se refere a crítica à fragmentação do conhecimento em algumas ciências. Por isso, o autor argumentou em favor da compreensão da Terra como um todo indivisível. Assim, afirma que:

a nossa ciência deve [...] estudar a Terra *ligada* como está ao *homem*, e, portanto, não pode separar este estudo do da vida humana, tampouco do da vida vegetal e animal. As mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constitui precisamente o nexa entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas (RATZEL apud MORAES, 1990, p.32).

No entanto, mesmo que a visão hologéica e já considerada como a grande riqueza do estudo antropogeográfico de Ratzel, por garantir uma visão integradora dos fenômenos em contraposição a fragmentação a ciência consolidada no século XX, ele dividiu a Geografia em Biogeografia, Geografia Física e Antropogeografia.

Distintivamente da perspectiva biológica de Heckel, na visão de Ratzel a Biogeografia considera o componente espacial adjacente às influências antrópicas nas modificações da característica particulares da vida na terra. Portanto, Ratzel apresenta uma Biogeografia Universal, incluidora da Antropogeografia por aspirar que todos os tipos de vida (animal, vegetal e humana) ser interdependentes. Sincronicamente, a Antropogeografia estava voltada para os seguintes aspectos: a) a influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade; b) a difusão dos povos na superfície terrestre; c) a formação dos territórios. Estes aspectos apontam que o objeto antropogeográfico parte do pressuposto que as condições naturais exercem influência sobre os homens - influências essas que explicariam, entre outras coisas, os processos civilizatórios, ou seja, a ordenação espacial dos povos na superfície da Terra. Logo, a distribuição humana está relacionada com o território.

No que diz respeito às influências da natureza sobre a vida dos homens, Ratzel (apud Moraes, 1990) aponta quatro formas: a) de ordem fisiológica e psicológica (atuando sobre corpo e sobre o espírito); b) vinculada ao direcionamento da expansão dos povos; c) pautada no favorecimento ao isolamento ou à miscigenação entre os povos; d) baseada na relação entre a natureza (disponibilidade dos recursos naturais) e o desenvolvimento dos povos. O autor destaca que as três últimas têm íntima relação com a Geografia por este fator ser central em influenciar o destino da humanidade.

Este entendimento, de certa forma, desmistifica o rótulo determinista simplista atribuído a Ratzel – tão vulgarmente difundido no âmbito acadêmico brasileiro – na medida em que ele nega o determinismo ao afirmar que a influência da natureza é mediatizada por questões econômicas e sociais e, por essa via, propõe uma Geografia do Homem. Ainda que fundamentada nos pressupostos filosóficos e metodológicos positivistas, isto é, uma Geografia cujo método centra-se na indução: observação, descrição e classificação, trazendo a visão da Geografia como ciência empírica. Dessa maneira “assim como toda a Geografia, também a Geografia do Homem é principalmente uma ciência descritiva” (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 94). Contudo, vale registrar que, na época, a visão positivista de mundo possuía, conforme esclarece Löwy (1995), uma conotação ‘revolucionária,’ uma vez que a busca da explicação científica dos fenômenos humanos evidenciava uma ruptura com explicações centradas na especulação metafísica e na autoridade religiosa.

Sem dúvida, a visão positivista de mundo está intrinsecamente relacionada com a abordagem geográfica proposta por Ratzel, ainda que, como adverte Carvalho (1999), é impossível situar o pensamento de Ratzel em uma abordagem teórica. Segundo o autor, o fundador da Antropogeografia realizou, em sua produção científica, uma passagem do positivismo para o historicismo. Nesse sentido, a preocupação de Ratzel com o conceito “território” justifica-se pelo próprio estudo da Antropogeografia – ou seja, pela sua necessidade de entender a formação de territórios associada à compreensão das relações/influências das condições naturais nos processos civilizatórios. Logo:

pode-se, portanto, aceitar que uma grande parte dos processos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que nesse sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 72).

Das palavras de Ratzel, ressalta-se que as condições naturais são fundamentais ao povo (entendido por ele como o povo classes sociais, sem luta, sem conflitos e contradições internas), especialmente o solo que no decorrer de sua argumentação adquire um caráter integrador. Em vista disso o solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade condiciona entre outros fatores crescimento espacial do Estado.

Essas condições apontam o caráter ideológico de Ratzel como um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal – inferindo que sua obra propõe a legitimação do expansionismo bismarckiano. A exemplo disso, o geógrafo alemão afirma que

não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras (...) assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 73).

Esse trecho aponta para o entendimento da Geografia como ciência empírica, cujos pressupostos teóricos conduzem a compreensão da naturalização do povo e do território.

Neste sentido, Souza (1995) acrescenta que a territorialidade do Estado-Nação, onde a afetividade e a identidade possuem enorme dimensão telúrica, é também naturalizada por Ratzel, na medida em que ele não discute o conceito de território, desvinculando-o de seu enraizamento do solo pátrio. O autor destaca ainda que, nos textos de Ratzel, não há uma preocupação com a definição do conceito de território. Em geral, ele aparece como sinônimo de ambiente, solo, Estado-Nação, ainda que o território seja trabalhado como elemento fundamental à constituição do Estado-Nação –que está intimamente ligado à população/habitantes e a uma área delimitada.

É válido inferir que:

os habitantes vivem no solo, apegados, retirando dele seu sustento e formando o Estado, que mantém relações com o território, crescendo espacialmente ou não. O crescimento espacial dos Estados está ligado ao crescimento dos povos e, por isso, às questões culturais (religiosas) e econômicas (comércio). Estes processos antecedem a expansão de determinada área/território. [...]O alargamento do horizonte geográfico, através de todas essas expansões apolíticas, deve preceder o crescimento político (MORAES, 2005b, p. 182).

Isso significa que, na visão de Ratzel, o território é compreendido como Estado-Nação à partir do momento em que há uma organização espacial para sua defesa, na qual o Estado e o território tenham limites e fronteiras maleáveis. O território, portanto, é concebido como substrato para efetivação da vida humana, sinônimo de solo, terra, e outras condições naturais fundamentais a todos os povos selvagens e civilizados sob domínio do Estado.

Nesse sentido, para o autor, a ocupação de novas áreas tem relação direta com a dependência entre o homem e o território. Assim, a guerra adquire um caráter natural e necessário para a conquista de novos territórios na história humana, pois “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial” (RATZEL apud MORAES, 2005b, p. 19). Portanto, para Ratzel, o território é palco e substrato da dinâmica social, isto é, algo físico, palpável, que sustenta a sobrevivência dos

povos no planeta – um verdadeiro espaço vital, na qual há uma relação de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais.

Em síntese, a obra de Ratzel privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à História e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no globo (migrações, colonizações etc.), a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre. Sua importância reside no fato de haver trazido, para o debate geográfico, os temas políticos e econômicos, colocando o homem no centro das análises, mesmo que numa abordagem naturalizante. Esta abordagem somente será superada a partir do movimento de renovação crítica do pensamento geográfico, que se propõe a apontar o conteúdo de classe da Geografia Tradicional, ou seja, as vinculações entre as teorias geográficas e o imperialismo, a ideia de progresso veiculando sempre uma apologia da expansão, a resgatar o conceito território com base nos pressupostos teórico do materialismo histórico dialético.

PARTE 2: O CONCEITO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA CRÍTICA

Conforme mencionado, o resgate do conceito de território está associado com advento do movimento crítico de renovação da Geografia, no âmbito do qual o espaço passa a ser concebido como social – como produto da ação humana, como natureza socializada em estreita relação com a prática social – e a identificação dos conceitos e categorias de análise do espaço se constituem em preocupação central dos geógrafos críticos. Em vista disso, o conceito território passa a ser entendido pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo a partir de um modo de relação de apropriação qualificada pelo trabalho determinada historicamente pelo desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Nessa perspectiva, o conceito de território diferencia-se do conteúdo geopolítico da definição de Estado-Nação que lhe conferiu originalmente o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, na medida em que concebe que as novas e antigas configurações territoriais resultam da forma como os agentes que estão no poder se apropriam do espaço, por meio das relações sociais de produção – ou seja, por meio das relações orientadas pelo modo de produção vigente em cada época.

Segundo Shneider (2004):

O retorno do território, como aludiu Milton Santos (1994), está relacionado às mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista (Harvey, 1993). Trata-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam (ou globalizam), mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Neste sentido, o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território (SHNEIDER, 2004).

Em suma, território e seu conceito ressurgem em uma Geografia onde apresenta aspectos marcados pela crescente interdependência internacional nas relações sociais e econômicas. Assim sendo, vincula-se às relutâncias impostas pela globalização, sendo caracterizadas, como indicou Castells (1999) pela excepcional capacidade, da economia de ordem capitalista de escala planetária, em se ajustar a interdependência das condições tempo e espaço no processo global de fabricação/produção de mercadorias. Essa interdependência manifesta-se através da descentralização industrial, da agilidade de contato provindo da telecomunicação, da inserção do capital financeiro etc.

Por essa via, diferentes concepções e abordagens são utilizadas para conceituar território. De forma abrangente, em comum entre elas há o entendimento de que o território deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico. É nessa perspectiva que se pode traçar um panorama geral de diferentes autores da geografia brasileira que abordam a questão territorial e discutem esse conceito a partir do movimento de renovação da geografia brasileira.

É no contexto desse movimento que Milton Santos, ao lançar o livro “Por uma geografia nova” (1978), apresenta uma visão sobre o conceito em que a dimensão econômica e a política são ressaltadas. Nessa obra, o autor, ao discutir a produção do espaço vinculada à relação Estado e Espaço, concebe o conceito território associado ao Estado-nação. O território, assim, é abordado a partir da dinâmica de um conjunto de forças cuja extensão é variável historicamente. Sua substância é dada pelas sociedades territoriais cuja ação se manifesta pelo modo de produção dominante e os modos de produção precedentes e, pelo sistema político.

No livro “Espaço e método” (1985), o território não apresenta centralidade na análise, sendo concebido como lócus ou ponto de apoio onde interagem as variáveis definidoras das regiões produtivas – uma especificidade do espaço. Nesse livro, o autor se refere à concepção de multi ou interesalaridade territorial, tão em voga na literatura atual, apontando para o entendimento de que o conceito território pode ir além dos limites impostos pela escala Estado nacional.

Em “Metamorfoses do espaço habitado” (1988), Santos, ao promover o estudo das categorias analíticas vinculadas ao espaço, propõe a concepção de configuração territorial ultrapassando a concepção de território como antecedente ao espaço, como base de sua produção. Conforme o autor esclarece, território e espaço são conceitos diferentes, porém interdependentes. O território é um dos elementos formadores do Estado-nação (assim como o povo e a soberania), apresenta limites fixos e o poder define suas formas de ocupação. O

território seria, dessa maneira, “formado por frações funcionais diversas que dependem de demandas de vários níveis, do local até o mundial, e cuja articulação (dessas frações) se opera por fluxos criados pelas atividades, população e herança espacial” (CORDOVIL, 2020, p. 15).

Nos anos de 1990, o autor delinea com mais detalhes seu quadro conceitual e propõe a concepção de território usado, definido por seus objetos e ações, associado à análise da fluidez que rege as relações econômicas. Seria sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Assim:

o território usado é aquele utilizado por uma dada população, aquele cuja sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro. Trata-se de uma estrutura dotada de movimento próprio (SANTOS, 2000a). É o chão mais a identidade, como a ideia de tribo, povo, nação e de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2000a, 2002). O território usado seria sinônimo de espaço geográfico, haja vista que o território em si consistiria em uma espécie de etapa primeira, o nome político para o espaço de um país, o espaço territorial. O território usado, como totalidade, seria um campo privilegiado de análise, pois, revela ‘a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso’ (SANTOS, 2000b, p.108) (FUINI, 2015a, p. 8).

Nesse sentido, Santos (2002 apud Fuini, 2015a) acrescenta que o território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos.

Becker (1988) rompe com a concepção unidimensional da Geografia e trata o território com sentido geopolítico, apoiando-se também nas territorialidades que concernem ao Estado, às grandes corporações e aos movimentos sociais. O território é articulado nos planos econômico e político, apresentando conteúdo histórico, sendo nele onde ocorrem os jogos de poder e dominação que se dão no plano internacional do capitalismo. A autora aponta que o território seria o espaço da prática e apropriação que se dá pelo uso e vivência dos atores. Fundamentando-se nas contribuições de Raffestin (1993), a geógrafa brasileira concebe o território como:

espaço e produto da prática espacial que envolve a apropriação de um espaço que implica limites como expressa da intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. O território, consiste, portanto, como produto e consumo da e pela prática social que se manifesta em todas as escalas de relações e que está fundamentado na identidade cultural (de base territorial). Envolve, portanto, um aspecto concreto (da vivência dos atores) e abstrato (dos discursos, ideologias e intencionalidades dos atores sociais) (BECKER, 2010, p.17).

Para Andrade (1995), o conceito “território” está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas. Assim,

segundo o autor, o território pode ser entendido como o controle administrativo, jurídico político, econômico efetivo de uma determinada porção do espaço.

Ampliando o repertório territorial para além dos limites da geografia política clássica, Andrade (1994) afirma que a expansão do território, ao mesmo tempo em que reitera um tipo de territorialidade (a hegemônica do Estado ou do capital empresarial), provoca a desterritorialidade dos grupos prejudicados por esse processo, a exemplo dos indígenas no território brasileiro em relação ao Estado colonial português.

Na obra “Geografia crítica: a valorização do espaço”, Moraes (2006) expressa uma visão de território a partir da concepção de espaço como produto de ação social de transformação da natureza por meio do trabalho. Concebe, assim, o território como um espaço social:

um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Tal característica diferencia esse conceito na comparação com outros (como região e paisagem), que podem manifestar-se adjetivados por fenômenos naturais. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço (MORAES, 2000, p.18 apud FUINI, 2018, p. 43).

Segundo Fuini(2019):

No livro “Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil”, Moraes (2005a) ressalta o aspecto político e cultural do conceito, criticando os “deslizes economicistas do movimento de renovação da geografia” (p. 11) [...] nesse sentido, o autor define o território como constructo posterior ao espaço, um espaço onde se deu historicamente um processo de valorização e contornos políticos e culturais nítidos, geralmente vinculado às territorialidades oriundas de projetos estatais-nacionais (FUINI, 2019, p. 9).

Em obras mais recentes, “Bases da formação territorial do Brasil” (2000) e “Território e história do Brasil” (2002), Moraes prioriza a aproximação do território com o Estado, explicitando o conteúdo político e ideológico do território, uma vez que no mundo moderno, Estado é de imediato definido como um Estado dotado de território, criando-se a jurisdição definida como Estado territorial.

Fuini (2018,.) ao comentar a respeito da compreensão dos autores acima mencionados, sobre o conceito de território destaca que em muito contribuíram para aprofundaram a discussão acerca do caráter eminentemente político do conceito, em:

um momento embrionário do movimento de sistematização teórica, com interesse especial para a construção histórica das formações territoriais e da geopolítica da ação do Estado e dos grandes grupos no território, mas que já manifestam as possibilidades de uma abordagem territorial, sobretudo em Santos e Becker, que possa compreender processos e movimentos vinculados a escalas menores, do local e dos grupos sociais, e as escalas maiores, do global e das grandes corporações e entidades supranacionais, passando pela fundamental escala do Estado-nação (FUINI, 2018, p. 40).

O autor registra ainda que, embora não totalmente desassociada da lógica territorial vinculada ao poder político, nos anos 1990, surgem estudos que propõem entender as lutas pelo território como direito nos projetos de emancipação e busca por autonomia das populações e movimentos sociais, dialogando com referenciais que vão além da Geografia. Esses estudos buscam na filosofia, na sociologia e na antropologia fonte de informação para sustentar essa linha interpretativa sobre espaço-poder. Nessa linha, Fuini (2018) destaca os estudos realizados por Carlos Walter Porto-Gonçalves – o direito ao território e territorialidades emancipatórias e Marcelo Lopes de Souza – poder e autonomia no/do território.

Ressalta-se ainda o desenvolvimento na geografia brasileira, a partir do início do século XXI, de uma outra linha de estudos sob influência da obra de Raffestin (1993), “Por uma Geografia do poder”, e suas concepções de território e territorialidade, assim como de outros autores e filósofos denominados pós-estruturalistas (ou adeptos de um marxismo renovado), como Michael Foucault, Cornelius Castoriadis, Giles Deleuze, Félix Guattari, entre outros. Nesta perspectiva, a discussão da abordagem territorial se insere em um debate que, envolvendo, conforme esclarece Fuini (2018, p.45) “[...] a fronteira da Geografia com a filosofia, psicanálise, antropologia, sociologia, economia, história, situada na discussão que envolve “território” e “relações de poder”, “território-territorialidades” e “autonomia política”.

Haesbaert é um dos geógrafos que de acordo com Fuini (2018) se desponta nesse movimento. Em seu livro “O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à Omultiterritorial idade” (2004), a síntese do quadro teórico desenvolvido pelo autor revela que uma multiplicidade de influências teóricas subsidia a discussão sobre território, dentre as quais destacam-se: Robert Sack, Claude Raffestin, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Jean Gottman, Karl Marx, Emile Durkheim, Michael Foucault, Octávio Ianni. Nesse sentido, o autor postula “uma concepção territorial que ultrapassa o político-jurídico-estatal, *stricto sensu*, e que caminha para uma compreensão mais ampla socialmente, empenhando-se compreender os fenômenos econômicos e culturais que explicam os fenômenos de identificação e desidentificação, enraizamento e desenraizamento, da sociedade no espaço” (FUINI, 2018, p. 46).

Desta forma, em uma perspectiva filosófica ampla, Haesbaert (2004), considera que o território pode ser definido tanto como

espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.

Ele é o conjunto de projetos e representações (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323 apud HAESBAERT, 2004, p. 121).

A territorialidade como expressão do vivido territorial por uma coletividade (RAFFESTIN, 1993), e desterritorialização, como explica Haesbaert (1995),

tem o sentido de extroversão, desenraizamento, massificação e quantificação, reforçando o sentido de desigualdade e hierarquia, levando-se a perda do sentido de território atrelado aos termos comunidade (tribo ou nação), identidade simbólica ou funcional, estabilidade e fronteiras. A reconstrução dos territórios, a (re)territorialização, implica em processos de enraizamento, introversão e identificação que redefinem a possibilidade de distinção, diferenciação e alteridade socioespacial que leva a deixar o estado de simples aglomerados (como massas, subclasses de deslocados e desclassificados, sem identidade, em espaços com limites difusos e grupos suscetíveis à mobilidade) (FUINI, 2017, p. 25).

Ainda de acordo com Fuini (2017, p. 26), recentemente, Haesbaert têm trabalhado com os conceitos de contenção territorial e trans territorialidade

para explicar os processos de deslocamento entre territórios em perspectiva relacional e integradora (o político, o econômico e o cultural conjugados), sob o prisma do atual modelo de sociedade de controle e regimes de (in) segurança que reforçam a característica reticular da conformação dos territórios (FUINI, 2017, p. 26).

Conforme esclarece o autor, contenção territorial consiste em:

um conceito em construção para designar os processos mais relevantes de desterritorialização e que definem as sociedades de segurança. Considerando a impossibilidade de fechamento ou enclausuramento total, as formas contemporâneas de territorialização propõem-se fechamentos ou cercamentos [...] Seria o caso dos muros e cercas fortificadas a separar fisicamente países e territórios político-jurídicos, os muros dos condomínios residenciais a separar física e rigidamente as classes sociais nos espaços da cidade (HAESBAERT, 2010). Já a transterritorialidade implica na possibilidade de um trânsito compulsório entre diferentes territórios e da vivência em múltiplas territorialidades (FUINI, 2017, p. 26).

Isso significa que:

o movimento de trânsito “[...] entre diferentes territorialidades ao mesmo tempo que se busca contornar alguns dos constrangimentos (políticos, econômicos ou culturais) a que se está subordinado” (HAESBAERT, 2014, p. 271). Em suma, a transterritorialidade aparece como forma contemporânea de territorialidade típica da sociedade biopolítica em que grupos específicos buscam contornar ou fugir dos efeitos barragem criados pelos campos de contenção, buscando extrapolar as barreiras segregadoras dos aglomerados de exclusão onde vivem como forma de garantir sua sobrevivência (FUINI, 2017, p. 27).

Por sua vez, Saquet (2007), ao fundamentar sua proposta de abordagem territorial na perspectiva do materialismo histórico dialético, busca articular:

as dimensões sociais do território com a natureza exterior ao homem (processo histórico e das escalas espaciais), perfazendo uma ampla retrospectiva bibliográfica sobre o conceito (imbricado na análise das relações de poder), tanto na Geografia brasileira quanto em fontes estrangeiras para entender o quadro histórico de constituição de noções como territorialidades, des(re)territorialização e desenvolvimento no/do território. (FUINI, 2015b, p. 11)

Assim, define o território pelas relações de poder que ele enseja, tanto em termos de materialidades quanto imaterialidades. Seriam “relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado e nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2007, p. 25). Para o autor:

a territorialização é (i)material, com aspectos ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i)materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as obras estão nos conteúdos, nas territorialidades e estas nas obras; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade (SAQUET, 2007, p. 160-161).

Portanto, o estudo do território nos apresenta suas diversas variantes que trazem diferentes perspectivas de reflexões, interpretações e sentidos/significados sobre o que cada autor entende por território e o que influencia diretamente nessa interpretação. Desse modo, o presente artigo contextualiza o processo sócio-histórico em que o conceito território foi construído e redefinido no campo geográfico ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como foco o conceito território elaborado no contexto da Geografia Tradicional à Geografia Crítica período em que o retorno deste conceito, após ter permanecido relativamente esmaecido por longa data na teoria geográfica, ocorre de forma significativa no campo da Geografia e em diversos ramos das ciências humanas. Com esse intuito buscamos delinear a trajetória do conceito de território, considerando o contexto histórico em que foi produzido e as metamorfoses que perpassam os estudos, debates e reflexões inerentes à sua constituição.

O território surge na Geografia Tradicional a partir de reflexões do renomado geógrafo Friedrich Ratzel que em função da especificidade histórica da Alemanha concebeu o “território” como algo concreto delimitado, como lócus de controle do Estado, mas na atualidade o retorno deste conceito assume outras dimensões em virtude da nova configuração existente entre as esferas políticas, econômicas e sociais.

Nesse sentido, diferentemente da concepção de território postulada por Ratzel, um espaço concreto em si, que é apropriado e ocupado por um grupo social, o resgate do conceito

está impregnado pelo pensamento da Geografia crítica, cujo referencial inicial foi a obra de Yves Lacoste (1988 [1976]), a partir da qual difundiu-se a compreensão de que a geografia, ciência símbolo da modernidade imperialista, não serve apenas para conduzir operações militares, mas também para organizar territórios que, nada mais são, do que o espaço onde o Estado exerce sua autoridade e controla os homens.

Desde então são significativas as reflexões de geógrafos brasileiros como Milton Santos, Becker, Andrade, Moraes, Haesbaert entre outros que, a partir dos anos 1990, contribuíram para resgate do território bem como para o avanço do diálogo interdisciplinar tão almejado nas investigações científicas de vanguarda.

Santos e Becker se posicionam em uma perspectiva (geo)econômica e política do conceito. A obra de Milton Santos, um dos expoentes do movimento de renovação da Geografia que se propôs a resgatar o conceito território, apresenta inicialmente uma concepção mais tradicional de território, reconhecida pela fronteira jurídico-política, e a partir da década de 1990 explicita em sua obra uma concepção pluriescalar do conceito, vinculado às territorialidades e desterritorializações. Bertha Becker propõe uma visão multidimensional, mas fortemente política, da análise sobre o uso político do território pela lógica dos agentes e movimentos sociais, considerando os vetores tecnológicos e logísticos que rearticulam a dimensão espaço-tempo e reforçam a perspectiva relacional das identidades nos territórios. Ambos se situam o debate entre os conceitos de espaço e território.

Moraes e Andrade (2000) se assumem uma perspectiva mais geopolítica e histórico-nacional (possivelmente cultural) do conceito. Postulam a dimensão histórica de valorização do espaço como formadora dos territórios e formações territoriais nacionais construídas pela apropriação do espaço. Por um lado, Moraes prioriza os conceitos de espaço e valorização do espaço e formação territorial, articulando o político e histórico-cultural. Por outro lado, Andrade opta pelo movimento da região para o território, considerando o processo histórico de produção do território vinculado aos ciclos econômicos que vão consolidando espaços especializados induzidos e consolidados pela ação do Estado e organização de políticas territoriais.

Por essa via foram constituídas as principais linhas de investigação sobre o resgate do conceito território que o reaproximaram do estatuto político através da busca de suas raízes explicativas, de sua *episteme* posicionada entre a Geografia tradicional e a Geografia crítica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **O desafio ecológico**: utopia e realidade. São Paulo: Hucitec, 1994. 108 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. 135 p.

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 99-126, 1988.

BECKER, B. K. Territorialidades na Amazônia: desafio das políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciênc. Humm., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.

CARVALHO, M.B. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Nº 34, 1999, Universidade de Barcelona.

CORDOVIL, Larissa Pinto. **O conceito território no contexto da renovação da geografia brasileira**: contribuições da teoria geográfica de Milton Santos. Orientador: Profa. Dra. Beatriz Aparecida Zanatta. 2020. 20 f. Artigo científico (Licenciatura em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, P. Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias de. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. **Brazilian Geographical Journal**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 253-271, jan./jun. 2015a.

FUINI, Lucas Labigalini. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na pós-modernidade. In: **XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**, 2015, Havana-Cuba. Memórias do XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Havana-Cuba: Universidad de la Habana, 2015b. v. 1. p. 1-20.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n.1, p. 19-29. 2017. DOI: 10.5902/2236499422589.

FUINI, Lucas Labigalini. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **GEographia**, vol.20, n.42, jan./abr 2018.

FUINI, Lucas Labigalini. O resgate do conceito de território: as contribuições da geografia brasileira e seu movimento de renovação. **Ciência Geográfica**, v. 23, n. 2, jan./dez. 2019.

HAESBAERT, Rogerio. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia**: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1995.

MORAES, Antônio C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. [S.l.]: Annablume, 2005a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel e a Antropogeografia. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena história crítica. 20.ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. [S.l.]: Hucitec, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 33-107.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Rio Grande do Sul, v. 11, jun. 2004. DOI 10.1590/S1517-45222004000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do 11 pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004